

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

ICESPI

FRANCISCO RENÊ TOMAZ BEZERRA

NICOLAU MAQUIAVEL E A “POLÍTICA MAQUIAVÉLICA” NA OBRA O PRÍNCIPE

Teresina

2015

FRANCISCO RENÊ TOMAZ BEZERRA

NICOLAU MAQUIAVEL E A "POLITICA MAQUIAVÉLICA" NA OBRA O PRINCIPE

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Filosofia do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí como pré-requisito para obtenção do curso de Licenciatura em Filosofia.

p. 48

Teresina

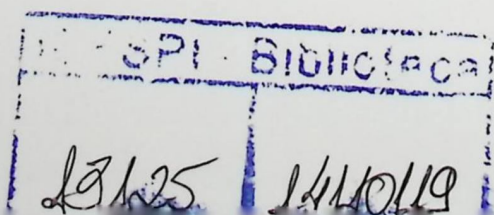
2015

cod. 5850

100

B. 574

Ex. 04



FRANCISCO RENÊ TOMAZ BEZERRA

NICOLAU MAQUIAVEL E A "POLITICA MAQUIAVÉLICA" NA OBRA O PRINCIPE

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

Curso de Filosofia

Orientador

Data de aprovação: ____ de ____ de 2011

Professor (a) Examinador

Professor (a) Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao Senhor Deus, autor de toda sabedoria, aos meus pais, familiares e amigos e a todos aqueles que têm como modelo de vida Francisco de Assis, co-autor da minha vocação.

(Maquiavel)

RESUMO

Maquiavel é indubitavelmente uma joia preciosa na filosofia política, porque, mesmo não sendo seu objetivo formar príncipes para o mundo, proporciona ainda hoje, reflexões, questionamentos para analisarmos melhor a forma que estamos sendo governados, por qual príncipe estamos sendo dirigidos e se estamos vivendo realmente de forma unificada ou fragmentada como a Itália de sua época. Dividimos neste trabalho em dois capítulos básicos. No primeiro: Um pensador e o espírito da época, Abordamos a questão da Renascença: Movimento de ruptura e transição. A Itália: Contexto político: E Maquiavel: Um pensador e a paixão pela política. No capítulo segundo que é um pouco mais denso por se tratar do corpo do trabalho, temos como tema: O Príncipe” regras para uma “política maquiavélica”. Onde falaremos da “política maquiavélica”. Da antropologia da ambição e do poder. A experiência concreta da virtú e da fortuna. E finalmente das regras para garantir ao príncipe o êxito e glória na “política maquiavélica”.

Palavras Chaves: Maquiavel, Poder, Ambição, Príncipe, Política.

ABSTRACT

Machiavelli is undoubtedly a precious jewel in political philosophy, because even though his goal was not to create princes to the world, today he still provides reflections, questions to better analyze how we are being governed, by which prince we are being ruled and if we are living in a unified or fragmented way, like Italy on his time. We have divided this work into two basic chapters. The first one: A thinker and the spirit of the time. We approach the issue of Renaissance: Disruption and transition movement. Italy: Political context: And, Machiavelli: A thinker and a passion for politics. In the second chapter, which is a bit consistent then the other, because it is our work's body, we have as its theme: "The Prince" rules for a "Machiavellian politics". We will talk about "Machiavellian politics". Anthropology of ambition and power. The concrete experience of virtue and fortune. Finally the rules to ensure the prince's success and glory in "Machiavellian politics".

Key Words: Machiavelli, Power, Ambition, Prince, Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO I – UM PENSADOR E O ESPIRITO DA ÉPOCA	12
1.1 – A RENASCENÇA: MOVIMENTO DE RUPTURA.....	12
1.2 – A ITÁLIA: CONTEXTO POLÍTICO.....	18
1.3 – MAQUIAVEL UM PENSADOR E A PAIXÃO PELA POLITICA.	21
CAPITULO II – “IL PRINCIPE” E A “POLÍTICA MAQUIAVÉLICA”	24
2.1 – A “POLITICA MAQUIAVÉLICA”	24
2.2 – MÉTODO	28
2.3 – ANTROPOLOGIA DA AMBIÇÃO E DO PODER.....	30
2.4 – A RUPTURA DA ÉTICA E POLÍTICA CLÁSSICA.....	34
2.5 – A EXPERIÊNCIA CONCRETA DE VIRTÚ E FORTUNA	41
2.5.1 – VIRTÚ	41
2.5.2 – FORTUNA.....	43
2.6 – REGRAS PARA GARANTIR AO PRÍNCIPE O ÊXITO E GLÓRIA NA “POLÍTICA MAQUIAVÉLICA”	44
CONCLUSÃO	48
BIBLIOGRAFIA	49

INTRODUÇÃO

Estamos em um novo século e milênio que imaginamos ser de muita prosperidade, já que ainda permanece dentro do homem a esperança de tempos melhores, em meio ao caos em que nos encontramos econômica, política e socialmente. O homem livre é dotado de capacidade de acordo com suas possibilidades, é responsável pela construção de sua história. Por isso sempre indagamos em certos lugares, em certos diálogos, reflexões com a pergunta: Em que mundo vivemos? Ou ainda: Por quem somos governados e para onde estamos caminhando?

Partindo desta realidade, foi que resolvi adotar como paradigma principal da síntese monografia, da qual sou autor, o filósofo e político Nicolau Maquiavel.

O que me levou a escolher este filósofo, político e seu pensamento foram exatamente três coisas: primeiro quando comecei o curso de filosofia a conversa que ouvi de alguns estudantes foi a seguinte: "Que temática ele trabalhou na sua monografia?". E o outro exclamou: "Ele é corajoso, Maquiavel é Terrível." A partir desse instante passei a esperar o momento em que também iria estudar a pessoa do Maquiavel e seu pensamento, breve, provavelmente na cadeira de Filosofia Política. A cadeira cheguei a ver, mas Maquiavel não sei porquê, não estudamos. Acho que o tempo não foi grande o suficiente para tanto. Em segundo lugar o que me levou a escolher Maquiavel foi o preconceito para com o autor presente nas discussões dos estudantes e também na vida das pessoas: Porque eles falavam tão negativamente de Maquiavel? Será que ele não está sendo mal interpretado, e sua maneira de pensar não seria tão necessária e indispensável para sua época? Então nas leituras às vezes, claras e as vezes cheias de interpretações resolvi aprofundar o desejo de compreendê-lo melhor.

O terceiro, motivo para mim parece bem simples e objetivo. A mais de quatro séculos Maquiavel escreveu a sua obra, expondo assim seu pensamento e hoje ele ainda permanece presente nos comentários de muitos intelectuais, sobretudo daqueles que se enquadram na área da filosofia política; permanece nas palavras das pessoas simples que muito embora não o conheçam e saibam o que escreveu cotidianamente estão a dizer entre vizinhos "ele(a) é Maquiavélico" ou expressa constantemente no termo maquiavelismo, termo ao

meu ver pejorativo e injusto, que, ao passar dos anos, foi atribuído a Maquiavel, como sendo autor de toda "política maquiavélica" existente no mundo, principalmente no Brasil que é maquiavelicamente mal dirigido.

Não quero neste trabalho reabilitar Maquiavel, mas somente levar aos interessados mais uma reflexão sobre ele e a "política maquiavélica", criando assim nas pessoas comuns ou em outros estudantes que tiverem a oportunidade de ver e ler este trabalho, uma nova forma de contemplar a personalidade, o caráter e o pensamento de Maquiavel.

Por isso; dividimos neste trabalho que traz como título: Maquiavel e a "política maquiavélica" na obra "O Príncipe" em dois capítulos básicos. No primeiro: Um pensador e o espírito da época, Abordamos a questão da Renascença: Movimento de ruptura e transição. A Itália: Contexto político: E Maquiavel: Um pensador e a paixão pela política. No capítulo segundo que é um pouco mais denso por se tratar do corpo do trabalho, temos como tema: O Príncipe" regras para uma "política maquiavélica". Onde falaremos da "política maquiavélica". Da antropologia da ambição e do poder. A experiência concreta da virtú e da fortuna. E finalmente das regras para garantir ao príncipe o êxito e glória na "política maquiavélica"

Maquiavel é indubitavelmente uma jóia preciosa na filosofia política, porque, mesmo não sendo seu objetivo formar príncipes para o mundo, proporciona ainda hoje, reflexões, questionamentos para analisarmos melhor a forma que estamos sendo governados, por qual príncipe estamos sendo dirigidos e se estamos vivendo realmente de forma unificada ou fragmentada como a Itália de sua época.

CAPÍTULO I: UM PENSADOR E O ESPÍRITO DA ÉPOCA

1.1 A RENASCENÇA: MOVIMENTO DE RUPTURA

Para compreendermos o pensamento de Maquiavel, faz-se necessário situá-lo dentro do espírito da época, isto é, dentro do movimento de ruptura que foi a Renascença; esta é antecédida no século XIII, por aquilo que podemos chamar de um Pré-Renascimento, pois é nesse período que aparecem as manifestações precursoras do espírito humanista que mais tarde se caracterizará como Renascimento.

Neste momento crítico de profundas transformações, surgiu o Renascimento, com uma eclosão criativa sem precedentes, inspirada nos antigos valores greco-romanos, retomados pelos artistas que vivenciaram a decadência de um paradigma e o nascimento de um universo totalmente diferente. Este movimento representou, portanto, uma profunda ruptura com um modo de vida mergulhado nas sombras do fanatismo religioso, para então despertar em uma esfera materialista e antropocêntrica. Agora o centro de tudo se deslocava do Divino para o Humano, daí a vertente renascentista conhecida como Humanismo. (SANTANA, 2015 p.01).

Sobre Dante sabe-se que nasceu em Florença em 1265-1321, sendo obrigado a se exilar devido a questões políticas. Morreu algum tempo depois na cidade de Ravena. Em seus escritos poéticos Dante prefere o uso do italiano que ele escreve a sua mais famosa e primeira obra literária italiana a Divina Comédia.

Giovanni Boccaccio 1313-1375 cidadão italiano, filho de um mercador da região da Toscana. Estudou em Nápoles e Florença por vontade do seu pai. Giovanni fez várias leituras sobre os clássicos latinos e tornou-se escritor de poesias.

Depois dessa rápida, mas importante apresentação de alguns do Pré-Renascimento queremos passar para o Renascimento como movimento que está dividido em três aspectos: artístico, científico e literário, para depois fazermos uma ponte a respeito da política existente nesse período, mais precisamente uma ligação

com a política do tempo de Maquiavel. Esses aspectos mencionados acima floresceram na Europa entre o período que correspondeu á baixa Idade Média e começo da Idade Moderna, portanto, do século XIV até o século XVI. Onde os humanistas atribuíam grande valor ao antropocentrismo. Houve uma mudança de paradigma, o teológico foi cedendo lugar ao antropológico ou antropocêntrico. Na medida em que os humanistas passaram a buscar conhecimento e a inspiração nas obras da antiguidade clássica.

O que é Renascimento? No sentido estrito da palavra foi um movimento intelectual que começou no final do século XIV e desenvolveu-se no início do século XVI. É comum a afirmação de que esse movimento buscava liberta-se das disciplinas dos intelectuais da Idade Média, para voltar á Antiguidade Clássica a qual era estudada pelos humanistas e não mais por meio da transmissão cristã.

Mas no sentido amplo da palavra Renascimento é muito mais: é fato considerável de majestosa construção medieval, fundada sobre a dupla autoridade do Papa, no âmbito espiritual, e do imperador no temporal,... (CHEVALLIER, 1999, p.17).

O Renascimento Artístico – A idade Média era considerada pelos humanistas como sendo um período de “Trevas Culturais”, porque foram esquecidos os modelos da cultura greco-latina. Nesse tempo o pensamento medieval era dominado pela região. Que pouco tempo depois cederia lugar a uma cultura que passaria a valoriza o indivíduo.

Toscana, entre as cidades de Siena e Florença, foi onde o Renascimento se originou, proliferando-se mais tarde por toda a Europa. Grandes transformações ocorreram na cidade de Roma, o que originou o surgimento de importantes nomes na literatura, arquitetura, bem como nas artes plásticas. Esta, que por sua vez foi marcada pela busca do belo, trazia em seus parâmetros de perfeição o estudo de anatomia, simetria e proporção das figuras. (BENITES, 2015, p.01).

A Renascença teve como berço a Itália, mas os dois centros mais importantes desse período foram a Florença de Maquiavel e a cidade de Roma.

Por isso, a política do tempo de Maquiavel está tão influenciada por este movimento. Podemos dividi-lo em Duocento, que começou de 1200 até 1299, Trecento de 1300 a 1399, Quattrocento de 1400 a 1499 e Cinquecento do ano 1500 até 1599.

Os dois primeiros que compõem essa divisão se destacam a partir do século XIII, onde o estilo gótico começa a dar lugar para uma arte que busca resgatar a escala humana. São os primeiros sinais do que chamaríamos mais tarde de Renascimento. Como principal característica dessa mudança temos: o aparecimento da ilusão de profundidade nas obras. Recebe destaque nesse novo mundo Duccio da Buoninsegna em Siena e, em Florença, Cimabue e, mais ainda o seu discípulo Giotto, como também na Igreja de Santa Croce, na cidade de Florença, figuras mais consistentes do que as góticas, colocadas em ambientes arquitetonicamente precisos, dando impressão de existência concreta: é o início do naturalismo. E no século XIV, grandes escultores como Donatello o "Michelangelo", do trecento tentam aprimorar a técnica.

No quattrocento, século XV, destaca-se a figura ilustre de Piero della Francesca com seus afrescos na catedral de Arezzo. Desenvolveu uma pintura impessoal e solene, fazendo mistura com formas geométricas e cores intensas. Recebe também destaque o escultor Filippo Brunelleschi, ele criador da cúpula Duomo de Florença. É autor da ilusão da tridimensionalidade numa superfície plana. E também defensor da técnica e seus princípios matemáticos em tratados.

O cinquecento em Veneza, no XVI dá início a última etapa do Renascimento com pintores como: Tintoretto, com sua grandiosidade, Veronése com o seu senso especial; Giogione através da sua expressividade e Ticiano com suas cores.

O Renascimento Científico – Proporcionou à ciência um notável desenvolvimento com a implantação dos métodos experimentais de pesquisa, contrários aos estudos teóricos da Idade Média.

Nesse tempo, a teoria geocêntrica sistematizada por Ptolomeu, segundo a qual a terra era o centro do Universo, foi reprovada por Copérnico (1473 – 1543), um astrônomo polonês que com sua teoria conseguiu provar que o Sol era o centro do sistema planetário e não a terra, como dizia Ptolomeu, criando assim a teoria heliocêntrica.

A partir dessas descobertas outros estudiosos apareceram e merecem destaque nesse período como é o caso do alemão Johann Kepler (1571 – 1630) que foi responsável pelo aperfeiçoamento da teoria de Copérnico, quando descobriu graças aos seus estudos e cálculos, que os planetas, na verdade, descreviam órbitas elípticas em torno do Sol não circulares como dizia Copérnico.

O italiano Galileu Galilei (1564 – 1642) abrilhantando ainda mais esse período, difunde a luneta na Itália. Também descobriu os satélites do Planeta Júpiter e os bonitos anéis de Saturno.

(...) Este cientista também defendeu a idéia de que a Terra girava em torno do Sol. Este motivo fez com que Galilei fosse perseguido, preso e condenado pela Inquisição da Igreja Católica, que considerava esta ideia como sendo uma heresia. Galileu teve que desmentir suas idéias para fugir da fogueira. (JANSON, 2015, p. 01).

Fechando o Renascimento Científico, temos Miguel de Servet, médico espanhol conhecido por haver descoberto a pequena circulação entre os órgãos do coração e pulmões.

Dois outros, talvez não tão mencionados como os demais, também entram nessa galeria das descobertas: o francês Ambroise Paré 1517 – 1590 que não era de acordo com o uso e do azeite quente no tratamento das feridas provocadas por armas de fogo e finalmente mais um alemão. Celso que fez um estudo profundo sobre a aplicação de drogas medicinais.

O Renascimento Literário – Foi marcado pela consolidação do capitalismo mercantilista por volta do século XV e meados do século XVI.

A Renascença é uma influente afirmação, principalmente no campo da prática, de humanismo e de imanentismo, a qual se manifesta pelo seu individualismo e estetismo, também pelo seu vivo interesse pelo mundo a ser conquistado, controlado e gozado por meios humanos; partindo de seu naturalismo que diviniza o homem material, como é o caso do paganismo antigo, onde o humanismo, de fato, recorre e de onde surge um retorno. Mas falta ao humanismo moderno a voluntariedade e a suavidade do paganismo antigo: No entanto ele não repousará em um calmo gozo da vida, mas buscará forças no

ativismo inquieto e sem objetivo que caracteristicamente pertence a Idade moderna.

Podemos definir o humanismo pela palavra o homem potenciado, celebrado, exaltado até à divindade, livre de si mesmo, que domina a natureza, que é senhor do mundo. Portanto, torna-se logo um paganismo mais radical que o antigo, porquanto espiritual e inferior. Fornecer uma declaração formal desse caráter pagão, imanentista do humanismo e da renascença não é fácil, já que se trata de um período inicial onde existem múltiplos motivos. Além do mais, o antigo perdura ao lado do novo, originando uma duplicidade especulativa e prática, que era marca forte dos homens da época.

Por outro lado, o despertar do humanismo e da renascença é rico de todos os germes que tiveram seu desenvolvimento durante o sucessivo período moderno imanentista em que podemos ter conhecimento de forma clara da árvore pelos seus frutos: é uma multiplicidade de motivos indiscutivelmente controlada através do espírito panteísta do neoplatonismo que fez travessia durante a idade média. Mas, na Idade Média esse espírito era corrigido rigorosa e religiosamente através da teologia católica e de forma racional pela escolástica tomista. Portanto, podemos perceber até aqui uma dualidade composta de velho de novo, onde não encontraremos dificuldades para separar o elemento interior do exterior, se considerarmos em geral, o ideal quimérico, o almejado pela vida daquele período, onde se chamava *virtude* a força e não enaltecia o pobrezinho de Assis e sim o príncipe Valentino. Sobretudo se fizer presente Nicolau Maquiavel que não possuía uma metafísica consciente, antes estava persuadido de que: "O estado, mera obra do homem, é o vértice da humanidade estando acima da religião e da moral transcendente, e prefere o paganismo ao cristianismo.

Se pensarmos ainda em Giordano Bruno, considerado o maior filósofo daquele período, o qual, embora pareça admitir a obscuridade e incoerência de sua forma de pensar, tem consciência de que a sua doutrina humanista, monista e racionalista é um crepúsculo introduzindo o dia e não a noite.

Um ponto fundamental e característico da renascença foi a renovação das antigas escolas filosóficas gregas e clássicas. Durante a Idade Média o pensamento clássico era bem difundido, por isso, todos os valorizavam. Mas tal conhecimento e valorização referiam-se aos maiores filósofos gregos, em

especial ao espírito cristão. Eram valorizadas as escolas filosóficas antigas avivando-se o assunto de humanidade, contido em todas elas, não apondo-se a diversidade de suas orientações.

É no período renascentista que são representadas mais ou menos todas as antigas escolas filosóficas, como por exemplo: O Platonismo, o Aristotelismo, o Epicurismo, O Cetismo, e o Ecletismo. Fundamentalmente as duas primeiras, sobretudo o Aristotelismo renascentista que omite, naturalmente a interpretação aristotélica dada por Tomás de Aquino, afirmando assim a maneira naturalista de pensar de Alexandre de Afrodísia ou a Panteísta de Averroés.

Os séculos XV e XVI aparecem na histografia como períodos importantes: tempos de transformação! A descoberta de novas terras, O Renascimento (Movimento cultural, artístico, literário, científico, filosófico e religioso), o aumento do comércio interno e externo, mudanças políticas importantes!

Nesse período são criados os Estados Absolutistas Monárquicos ou Estados Nacionais Modernos. O rei torna-se o detentor do poder, diferente do que acontecia no feudalismo, caracterizado pela descentralização ou fragmentação do poder; muitos mandavam e os reis eram obrigados a dividir o poder político com os senhores feudais, o Clero e as assembleias representativas. As pessoas se viam como que fazendo parte de uma ordem que seria clero, nobreza ou povo e não mais como sendo súditos e indivíduos que pertenciam ao Estado.¹

Aqui surgem os Estados Nacionais Modernos que submeteram o clero e a nobreza. Agora somente o rei é que manda! Nesse caso os poderes legislativos, Executivo e judiciário estão em poder do rei.² Dentro de suas fronteiras o Estado é Absoluto. Cabe agora obedecerem à autoridade do rei, tanto as instituições seculares como as religiosas.

Mostrando suas idéias inovadoras, vários pensadores e estadistas deram sua contribuição para a criação dos Estados e a modernização da política

¹ É importante lembrar que naquela época a Igreja era a única instituição organizada existente. Desta maneira ela teve naquele tempo grandes poderes; pois possuía grandes e inúmeras propriedades e com o trabalho de seus servos tornava-se a mais rica; contando ainda com as doações que recebia possuía muitos vassalos, sendo assim a mais poderosa na sociedade feudal.

² Um exemplo disso é o rei da França Luis XIV que foi considerado o maior representante do absolutismo no mundo tornando-se conhecido por sua célebre frase: "L'état cest moi" traduzindo "O estado sou eu".

e das relações internacionais, como é o caso de Nicolau Maquiavel, cidadão Florentino (1469-1527) o qual estudamos neste trabalho, que empenhou parte de sua vida cargo público na chancelaria da república de Florença no governo do monge Savonarola... .

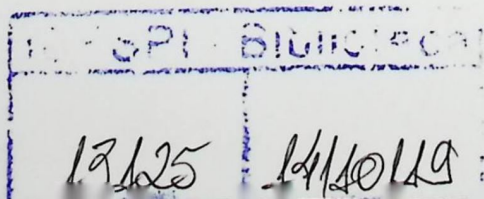
O Renascimento é marcado por uma nova ciência política, que teve Maquiavel como seu principal teórico neste sentido Maquiavel escreve várias obras deter-nos-emos apenas sobre O Príncipe, onde buscamos desenvolver este trabalho, pois essa obra tinha como prioridade ensinar se conquistar e conservar os estados.

Em suma, o renascimento é um período que corresponde o fim da Idade Média e o começo da Idade Moderna, tendo alcance e vários campos da sociedade, do saber e da arte. É por esse motivo que muitos estudiosos o denominam como sendo um período de transição, não sendo mais medieval, porém ainda não moderno. Michel Foucault, filósofo contemporâneo, valoriza o renascimento e afirma que ele forma um sistema completo.

1.2 A ITÁLIA: CONTEXTO POLÍTICO

No período da Renascença, existia na Itália grande confusão: a tirania dominava em pequenos principados, dirigidos “despoticamente” através de casas reinantes que não possuía uma dinastia, ou que possuíam direitos contestáveis. A ilegitimidade acabava criando situações críticas e provocando uma instabilidade permanente, onde só se encontraria uma saída por meio do cálculo político, agilizado através da astúcia e da ação veloz e fulminante contra os inimigos; que seriam, os instrumentos capazes de garantir a legitimidade e o poder ao príncipe. O que formava o eixo administrativo da Itália do tempo de Maquiavel era esmagar e destruir à impotência a oposição interna, atemorizar os súditos, evitar assim a subversão e criar alianças com outros estados.³

³ Na Itália do tempo de Maquiavel não existia uma unificação que era fundamental para ordem e organização do Estado, constantemente estavam acontecendo rebeliões e tomadas de poder por parte de pessoas que não tinham a legitimidade do poder e não pertenciam a uma dinastia,



Observando esta realidade, vemos que o poder era fundado com exclusividade pela força e que também por essa mesma força esse poder vinha a ser deslocado, deste para aquele senhor. Naquela época, todo o povo italiano tinha vontade de que a Itália se tornasse unificada e fosse um Estado forte, mas nem ele (o povo), nem a religião, nem a tradição conseguiram legitimar esse sonho. Então, só restava a Maquiavel, através de sua criatividade e energia, tomar a frente e fazer isso. Mas devemos observar também que por não existir um Estado central a “extrema multipolarização” fazia com que aparecesse um vazio, onde as mais fortes individualidades podiam preencher.

É graça ao famoso Lourenço, também conhecido como o “magnífico”, que a península Italiana conseguiu viver em certa tranquilidade até 1494. A partir desse ano o cenário Italiano toma novo rosto e as coisas tornam-se caóticas. A desordem e a instabilidade são o mais novo semblante da Itália; tudo isso graças aos conflitos internos entre os principados. Para agravar mais ainda a situação surgem freqüentes invasões por parte da França e da Espanha que estavam lutando pelo poder.

Maquiavel, demonstrando sua preocupação com a Itália e a sua esperança por tempos melhores, acaba reconhecendo no capítulo XXVI de sua obra *O Príncipe* – uma extorsão aos príncipes para livrar a Itália das mãos dos Bárbaros – que a Itália precisaria chegar ao ponto que chegou para começar a se unificar e ter um príncipe novo a sua altura, quando afirma:

... – assim, presentemente, querendo-se conhecer o valor de um príncipe italiano, seria necessário que a Itália chegasse ao ponto que se encontra agora que estivesse mais escravizada que os hebreus, mais oprimida do que os persas, mais desunida que os Atenenses, sem chefe, sem ordem, batida, espoliada, lacerada, invadida, e que houvesse, enfim suportado toda sorte de calamidades. (MAQUIAVEL, 1996, p. 180).

A crise pela qual passava Itália, dividida contra si mesma, reduzida a mero objeto das grandes potências que surgiam e lutava pelo poder (França e Espanha), não se prestava ao programa que o “ostracizado” de San Casciano teria desejado ardentemente servir. Mas no final da ação estrangeira na península italiana deu-se através de um personagem providencial ou

ou seja, não tinham o direito de sucessão do poder resultando assim, na fragmentação da Itália e na formação das cidades-estados.

fundamental para a realidade presente: César Bórgia⁴ ou de um Fernando, o católico⁵ do qual o secretário seria o seu “guru”. Ora, na obra *O Príncipe* Maquiavel levava em conta que o rei deveria ser um indivíduo racional, que, em sua busca pelo poder, o estado estava acima dos indivíduos.

Para entendemos melhor devemos ter consciência de que a decadência militar da Itália já chega ao seu auge no início do século XVI, conseqüentemente representando uma grande barreira para a expandir e acumular o seu capital. Não existindo uma capital forte a Itália entra em uma crise chegando a ficar praticamente falida, não conseguindo se livrar dos boatos dos reis europeus sobre a sua deplorável situação. Por mais orgulho e patriotismo que a Itália pudesse ter, ela se encaminhava para a tão famosa fragmentação de que tanto falamos neste ponto; a península Italiana encontrava-se agora indefesa, política e inconstitucionalmente; pelo “anacronismo” da organização das cidades-estados e por falta de um líder central e incontrastável.⁶

Segundo, estudiosos nessa área como Larivaille, existia no século XVI na Europa uma grande concentração urbana. Reduzindo esse ângulo para a península italiana, mesmo que ela compreende se por volta de 75% e 90% da população; ainda assim crescia a concentração urbana, como era caso de Veneza, Palermo, Roma, Napoles⁷, Messina e Milão. *Os antigos feudos vão se tornando, nessa época, grandes castelos da aristocracia⁸ e a atividade comercial que se vai desenvolvendo nos burgos é responsável pelo êxodo do campo.*

A Itália estava totalmente esfacelada em principados e condados girando em torno de cinco grandes eixos fixos: Cinco grandes Estados regionais,

⁴ Na obra “O Príncipe, Maquiavel destaca como modelo mais perfeito de príncipe César Bórgia por sua determinação e frieza política, quando se tratava de manter-se no poder, tirando proveito dele, para servir aos seus próprios interesses.

⁵ Fernando era rei da Espanha, que estava profundamente interessado pelas descobertas marítimas que estavam acontecendo no novo mundo como, por exemplo: o ouro e a prata. Porém, nunca deixou de lado as suas ambições pela Itália; como a Itália era o centro da cristandade, desempenhava um papel de grande importância para o equilíbrio e da Europa, além do mais se for para um rei católico e que por meio de seu orgulho dizia-se o responsável por tão grande e forte império Espanhol.

⁶ Sobre essas razões acrescentaríamos a política do papado que, não era suficiente para proporcionar uma redução de todos os Estados ao seu domínio, porém não era também tão fraca que pudesse impedir a unificação, por meio da figura ideal de um governante secular (um Príncipe).

⁷ A cidade de Nápoles no final do século XVI, já chegava ao número de mais de duzentos mil habitantes.

⁸ Segundo Larivaille retrocedendo um pouco na história e nas crises políticas e dando uma rápida olhada na economia local daquela época; a nobreza fundiária teve uma reação bastante variável à atração das cidades e das cortes, não existindo quase condições de se poder comentar de uma homogeneidade da condição “nobiliária” da Itália daquele tempo. Cf. LARIVAILLE, P. *A Itália no tempo de Maquiavel*. Florença e Roma. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

opostos por conflitos freqüentes, dominam a vida península: O reino de Nápoles, nas mãos dos aragoneses; os Estados Pontifício; o estado florentino, há decênios sobre o controle da família Médici; o Ducado e República de Veneza.

Se não bastasse somente isso, a Itália também era atingida por uma enorme crise financeira: A nascente economia comercial italiana, a partir do século XI, articulava-se com o mundo feudal circulante, estreitando vínculo de dependência recíproca. Nesse caso esse vínculo de dependência tornara-se o maior responsável pela crise e a decadência italiana quando na mudança para uma nova organização social e não mais feudal.

1.3 MAQUIAVEL: UM PENSADOR E A PAIXÃO PELA POLÍTICA

O nome Maquiavel é responsável por evoca uma época, o Renascimento, uma nação, a península italiana, e com certeza também uma cidade, Florença; nesta ele esteve presente dentro em quase todos os momentos políticos que aconteceram naquele tempo, mesmo que indiretamente, pois, Maquiavel começa a ser político a partir de sua infância, como espectador passivo; começa a observar o cenário trágico e caótico, pelo qual a Itália estava passando por causa da constante “política maquiavélica” que ali predominava.

Idealizador da frase que diz “Pois a força justa quando necessária”, Maquiavel, também considerado um funcionário exemplar de Florença, não tinha consciência do estranho futuro que seu nome trazia para história política não só da Itália, mas de todo o mundo. Destinando, assim, seu nome a mais ruidosa e equivocada reputação.

É na Itália, mais do que em qualquer outra parte, que esse indivíduo renovado, por pouco que sinta sua força, energia e valor (tudo quanto exprime a palavra italiana *virtù* que traria para a francesa *vertu*), irrompe, explode, goza agressivamente de sua emancipação. Zombando do Reino Celeste, só pensa em apossar-se avidamente do reino terrestre, com todos os seus prazeres: carnavais, estéticos, intelectuais. (CHEVALLIER, 1999, p.18).

Não é idéia de Maquiavel ser um modelo e, conseqüentemente, vir a ser imitado; mas somente queria verificar e apresentar a dura realidade pela qual passava. Sendo um homem positivo, restringiu-se aos fatos que essa própria

realidade lhes proporcionava. Devemos lembrar que desde que existem os governos na terra, pode-se entrever nas práticas governamentais aspectos daquilo que é explícito na doutrina de Maquiavel e, como podemos ver na história, muitas de suas idéias eram postas em prática e aplicadas ao dia-a-dia.

Consagrado historicamente pelos seus escritos e formidável desempenho político em Florença, Maquiavel é tido como criador de uma arte de governar. É a partir de seus escritos (obras) e da exposição do seu pensamento, que ele mostra verdadeiramente a sua paixão pela política. Filho de um advogado pertencente à nobreza Toscana recebeu uma educação humanista como era a da época, porém não podemos considerá-lo erudito, porque apesar de toda a sua inteligência não conseguiu aprender o grego. Mais tarde, com a implantação, na Itália, do regime republicano, é lhe confiado o cargo de secretário do governo (1494).

Quatro anos depois assume um cargo de grande destaque como segundo chanceler da república Florentina, sendo nomeado depois secretário dos 10 magistrados de liberdade e de Paz. Aqui, como se pode ver, Maquiavel demonstra grande vocação e paixão pela política e também pelas várias missões que o mesmo desempenhou em vários governos estrangeiros como, por exemplo: Alemanha e França onde foi lhe confiada a missão de acalmar o Luís XII, mostrando assim ser um verdadeiro político e diplomata, coisa que era tão necessária naquele tempo de pouco diálogo e muitas lutas.

Portanto, poderíamos citar inúmeras qualidades de Maquiavel, como também podemos fazer vários comentários negativos à sua pessoa sobre este ponto que tratamos. Sua figura nos permite isso por ser polêmica e mexer com os interesses de muitas pessoas importantes daquele tempo, inclusive da Igreja. Para uns, ele será um defensor da tirania e do crime, para outros, um democrata como nos velhos tempos da Roma antiga, assim como era os seus velhos cidadãos. *Nada faz um príncipe ser tão estimado quanto o fazem as suas grandes ações e os notáveis exemplos de que ele de si ofereci* (MAQUIAVEL, 2002, p. 126)

Por isso, como bom político e pensador, ele observa as personalidades de sua época e verifica que em suas formas de proceder existiam acertos e erros e que descartavam e confirmavam a possibilidade de serem verdadeiros príncipes.

No decorrer de toda a sua história e participação na política Italiana e, porque não dizer internacional, por meio de sua diplomacia e missões realizadas Maquiavel queria com o seu afastamento da tradição e dos pensadores políticos de sua época, dar origem a uma política de resultados mágicos que aconteceriam rapidamente como passo de mágica, talvez movido pelo ardente desejo da reconquista dos territórios e reinos perdidos e também de novos que a partir dessa idéia poderiam ser conquistados, trazendo novamente o poder, a tranqüilidade e a unificação da Itália que era o que ele tanto sonhava. Não podemos esquecer de que foi Maquiavel quem escreveu o Príncipe e que como sendo o seu idealizador, também deveria ter os seus interesses próprios como reconquistar a confiança dos governantes do momento, nesse caso os médicos, na sua pessoa e ter assim o seu emprego de volta. Mesmo que o seu pensamento tenha deixado muita gente armada contra ele, inclusive a Igreja, e deixando muitas reservas sobre suas obras e por não ter uma consciência apurada do que resultariam todas juntas, temos que admitir que Maquiavel tinha um pensamento objetivo, rápido e que oferecia soluções clara e determinadas para os problemas políticos de seu tempo, sobretudo de sua Itália. Porém, as soluções por ele apresentadas exigiam um príncipe de sangue frio, pois para ter o poder permanentemente, segundo Maquiavel, o príncipe teria que colocá-las em prática sem hesitar e demonstrar fraqueza em momento algum.

CAPÍTULO II – “IL PRÍNCIPE” E A “POLÍTICA MAQUIAVÉLICA”

2.1- A POLÍTICA MAQUIAVÉLICA

Começaremos neste tópico explicando o que é maquiavelismo para em seguida trabalharmos Maquiavel e “política maquiavélica” contida em sua obra. Tentando elucidar a diferença entre Maquiavel e o maquiavelismo. Na convivência diária com as diferentes pessoas e ambientes sempre escutamos alguém usar a expressão maquiavelismo ou maquiavélico. Na realidade, é comum ouvirmos estes termos de pessoas que estão insatisfeitas com os políticos ou com a política de sua cidade, estado, ou país. São expressões usadas mesmo por aqueles que não participam diretamente da política ou que nem sequer entendem o que é política ou que está se passando no momento. Portanto, sempre que queremos nos referir alguém que promete alguma coisa que não é capaz de cumprir, usamos estes termos.

Por outro lado, também podemos falar em “poder maquiavélico” para nos referirmos a uma espécie de poder que atua as escondidas, não mostrando aos cidadãos as suas verdadeiras intenções, afirmando muitas vezes as suas ações através daquela famosa frase atribuídas a Maquiavel: “Os fins justificam os meios”. Meios esses que são imorais, violentos, perversos e, em alguns casos, até criminosos, para se conseguir o que quer: o poder. Passar a ditar as regras do jogo, esperando assim a desgraça ou ruína dos próprios jogadores:

Maquiavélico e maquiavelismo fazem pensar em alguém extremamente poderoso e perverso, sedutor e enganador, que sabe levar as pessoas a fazerem exatamente o que ele deseja, mesmo que sejam aniquiladas por isso. Como se nota, maquiavélico e maquiavelismo correspondem à aquilo que, em nossa cultura é considerado diabólico. (CHAUÍ, 1996, p. 395).

Como sabemos, esses termos estão intimamente ligados à pessoa de Maquiavel. Mas o que leva a pessoas, que nem mesmo sabem que ele existiu ou que não leram sua obra, a usar tais expressões e, em muitos casos, abominarem o referido pensador? Quatro são os motivos: primeiro; Maquiavel não aceita um fundamento exterior à política: Deus, razão ou natureza; segundo, ele não concorda com o modelo de uma comunidade política, organizada para o

bem comum. A ruptura da política com ética e o início de uma nova compreensão. Por isso, para a Maquiavel a política será a fragmentação entre os grandes e povo; terceiro: Ele rejeita a aparência do bom governo na imagem de um príncipe virtuoso, ou seja, que tem as virtudes cristãs, morais e principescas. Pois, na verdade, o príncipe precisa ter *virtú*, mas política que se refere às qualidades de um governante para tomar e manter o poder; finalmente, não concorda com a divisão clássica dos três regimes que são: monarquia, aristocracia, democracia, nem com maneiras abusivas e ilegítimas: tirania, demagogia, oligarquia, anarquia. Também não concorda que o regime verdadeiro seja o hereditário e o ilegítimo o usurpado por conquista. Como Maquiavel nos fala no capítulo I de *O Príncipe*:

Todos os estados, todos os domínios que tem havido é que há sobre os homens foram e são repúblicas ou principados. Os principados ou são hereditários, cujo senhor é o príncipe pelo sangue, por longo tempo, ou são novos. Os novos como Milão com Francesco Sforza, ou são como membros acrescentados a um Estado que um príncipe adquire por herança, como o reino de Nápoles ao rei da Espanha". (MAQUIAVEL, 1996, p. 33).

Neste capítulo queremos trabalhar, a partir da obra "O Príncipe", as regras consideradas fundamentais e indispensáveis para a existência de uma "política maquiavélica". Para iniciarmos esse assunto é preciso que saibamos o que é política, para em seguida entrarmos-nos por menores e grandes feitos da "política maquiavélica".

É exatamente partindo dos interesses pessoais entre indivíduos e grupos que se chocam freqüentemente na sociedade, que surge a luta pelo poder pelo exercício do poder em diferentes aspectos institucionais. No decorrer dos séculos, brilhantes pensadores quiseram dar estabilidade aos elementos universais de uma ordem justa nas negociações humanas o que resultou na criação de muitas teorias que, em muitos casos, eram contraditórias.

No sentido estrito da palavra, política seria essencialmente a arte de governar a "polis" ou "cidade estado" nesse caso derivando de um adjetivo chamado politikós, que mantém ligação com a cidade, portanto, tudo o que é urbano, conseqüentemente restringiríamos um pouco mais: ao que é público, civil e social. Porém, de modo amplo, política é o estudo do fenômeno do poder.

Poder compreendido como sendo a capacidade que uma pessoa ou um grupo de pessoas ordenadas tem de desempenhar controle imperativo sobre um território e a sua população, mesmo que em alguns casos seja preciso fazer o uso da força.

A noção estrita de política está ligada ao poder. Através de três esferas básicas: a luta pelo poder; um conjunto de instituições através das quais esse poder teria condições de ser exercido; e por fim, a reflexão teórica da origem, da organização das partes ou elementos, ou seja, da razão de ser do poder. O poder político distingui-se pela exclusividade do direito do uso da força em relação a totalidade da sociedade que lhe confere a legitimidade desse uso. A justificação do uso do poder está na solução para sustentar a ordem e a justiça na sociedade. O uso da força, inseparável a todo e qualquer poder político, mostra a presença de interesses opostos e conflitos no corpo social que devem ser fiscalizados para preservarem a ordem social ou procurar o bem comum.

Neste capítulo que trata da "política maquiavélica" a partir de acontecimentos, fatos históricos que fizeram e fazem nossa história nas obras de vários pensadores que estiveram preocupados em comentar sobre as questões políticas de sua época. Mas é sobretudo na obra "*O Príncipe*" que procuro exemplos e argumentos, para dizer que a "política maquiavélica" não foi criada por Maquiavel, mas sim por ele observada e estudada com muita precisão. Pois buscando resolver os problemas caóticos de seu tempo é que Maquiavel tem a idéia de juntar todos esses acontecimentos e fatos políticos de sua época e exemplos passados para refletir. É precisamente, uma gama exemplos trabalhados e postos em prática pelos governantes de seu tempo e não simplesmente teorizadas, que ele oferece no "*O Príncipe*" ao magnífico Lorenzo de Médici:

... Desejando eu oferecer a Vossa magnificência um testemunho qualquer de minha obrigação, não achei, entre os meus cabedais, coisa que me seja mais cara ou que tanto estime quanto o conhecimento das ações dos grandes homens apreendido por uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas; as quais, tendo eu, com grande diligência, longamente cogitado, examinando-as, agora mando a vossa Magnificência, reduzidas a um pequeno volume. (MAQUIAVEL, 1996, p. 31).

A obra é uma espécie de manual que contém fórmulas para ter a boa arte de governar e conseqüentemente manter sempre o poder nas mãos de quem governa, partindo das observações feitas por ele ao longo de anos de política, da convivência com vários governantes e de estudos feitos baseados nas ações dos grandes homens.

É a partir dos fatos históricos que Maquiavel estrutura seu pensamento, tudo isso graças às oportunidades que a sociedade de seu tempo lhe proporcionou. Um ponto importante para essa afirmação é que Maquiavel vivenciou, experimentou, na prática os acontecimentos políticos e históricos que marcaram sua época e não somente na teoria como outros pensadores e intelectuais. Tal engajamento se dá, sobretudo quando ele desempenha a função de Segundo Chanceler⁹ na Itália e também fora dela, pois essa experiência está presente em sua obra onde podemos refletir a cada passo o seu trajeto.

Outros acontecimentos interessantes que clareiam mais a nossa visão sobre este aspecto, com relação a pessoa Maquiavel e a "política maquiavélica" é o olhar de observador que acompanhou pessoalmente durante certo período, figuras ilustres como César Bórgia, Júlio II, Alexandre VI, etc. Um exemplo disso é quando se refere a Júlio II:

Foi um homem temerário e descumpridor de suas promessas. A impressão de que foi um grande condutor de homens se deve. Se houvesse chegado um tempo em que proceder com cautela, com este tempo também teria chegado sua ruína. (SKINNER, 1988, p. 29).

Um detalhe interessante em meio à história política de Maquiavel é o nepotismo, encontramos relatos sobre isso na obra *O Príncipe*. Palavra que no seu étimo vem de nepos que quer dizer neto, ou seja, descendente ou sobrinho. Se aglutinarmos como nepotismo (napote+ismo), logo traduziremos a postura de alguns papas que davam autorga especiais a seus parentes.

⁹ No ano de 1448 que Maquiavel tornou-se segundo chanceler da república florentina. Assumiu o cargo de com 29 anos de idade. Neste mesmo ano Vasco da Gama descobria o caminho para as Índias.

Alexandre VI foi o papa de pior fama de toda história. Seu pontificado se caracterizou por nepotismo, ganância e sensualidade desenfreada. (...) Embora o novo papa parece ter sido enérgico – ao restaurar a ordem em Roma e ao prometer reformar a cúria Romana e uma cruzada contra os turcos – logo ficou claro que as paixões de seu pontificado seriam ouro, mulheres e os interesses da família dele. Nomeou o filho Cesare cardeal aos 18 anos, junto com o irmão da amante papal da época (...). Contudo, a principal preocupação política do papa durante seu pontificado foi com a transformação dos Estados pontifícios e do centro da Itália em uma empresa familiar e com a repressão às grandes famílias romanas. (MCBRIEN, 2004 p. 274-275).

2.2- MÉTODO

Não podemos considerar Maquiavel como sendo metafísico, apesar de encontrarmos em muitas leituras comentadores como Max Horkheimer que lhe conceda uma “posição ontológica”, por achar que ele foi um observador da psique humana como imutável. Sua posição era empírica pragmática. Não compara com qualquer paradigma teórico concebido ou planteado sem conhecimento adequado ou induzido por propensão. Mas diretamente à realidade, almejando assim a verdade factual da coisa. Portanto, Maquiavel, ao contrário de Descartes, que pesquisava o interior da subjetividade humana, inquiriu o recinto da ação sobre as coisas, os acontecimentos, fatos históricos e sociais, as ações dos grandes homens do passado, para criar sua concepção de mundo no mundo, do poder descobrindo as mesmas características no homem e na sociedade que o cercava. O método tem como fonte os fatos históricos, concretos do passado e do presente, tanto estes como aqueles são submetidos a uma análise minuciosa. Portanto, uma coisa é a “política maquiavélica” e outra é Maquiavel, que não é criação dele. Um exemplo claro disso encontramos no: “*Dos Deveres*” de Cícero quando diz:

A respeito da injustiça, é cometida de duas formas pela violência e pela fraude. Uma diz respeito à raposa, outra ao leão. Todas as duas são indignas do homem, mas a fraude é mais desprezível. De todas as injustiças, a mais abominável é a desses homens que quando enganam, procuram parecer homem de bem. (CÍCERO, 2002, p.44).

Maquiavel foi leitor assíduo de Cícero e muitos dos exemplos contidos em sua obra estão presentes também na obra de Cícero. Encontramos no capítulo VII de O Príncipe exemplo claro disso quando Maquiavel relata o fato acontecido na Romanha com relação a César Bórgia e a Ramiro Orco: *Sabendo que os rigores passados haviam criado ódios contra ele próprio, para apagá-los do ânimo daqueles povos e conquistá-los a todos... quis demonstrar que se haviam sido cometidas crueldades e que não procediam dele...*(MAQUIAVEL, 1996, p. 58).

O Que acontece na Itália no tempo de Maquiavel era que várias cidades estados eram governados por famílias tradicionais da época como no caso dos Médici em Florença. Embora que muitas dessas famílias governavam despoticamente. Por isso é que Maquiavel observando esses acontecimentos vê que era necessário para unificação da Itália, um príncipe que realmente possuísse a arte de governar e conseguisse manter, através de sua força e poder, a estabilidade do país que era tão fraca na época. Sobre como governar Aristóteles dá um exemplo com relação à república, regime esse que estava sendo implantando na Itália no tempo de Maquiavel: *a nação destinada à República é aquela cujos homens são naturalmente belicosos, igualmente próprios para mandar e obedecer em conformidade com uma constituição que distribuiu os poderes aos ricos segundo seus méritos.* (ARISTÓTELES, 2000, p. 160).

Todos os grandes homens observados por Maquiavel almejavam o poder e a glória. Pois, com diz Cícero: *Ora, desde que se deseja elevar acima de outros, é difícil respeitar a igualdade própria da justiça. Assim, os ambiciosos não sabem abdicar a nenhuma de suas pretensões, nem se deixam conter pela autoridade pública e legítima.* (CÍCERO, 2002, p.160). Com esse método empírico e pragmático Maquiavel funda as bases de uma nova fase da ciência política. Rechacou os métodos escolásticos, passando a estudar o passado e presente da política a partir de métodos empíricos, independente dos princípios ou de uma metafísica determinada. Maquiavel conviveu com muitos políticos de sua época e observou seus erros e acertos em meio a política. Mas para ele: O pior que um príncipe pode esperar do povo hostil é ser abandonado por ele... Quem se torna príncipe mediante o favor do povo deve manter-se seu amigo, o

que é muito fácil uma vez que este deseja não ser oprimido. (MAQUIAVEL 1996, p.68).

Outra prova concreta de que Maquiavel foi um observador da "política Maquiavélica" e não seu criador está nesta afirmação: A teoria científica, estruturada na repetibilidade da história e na invariação do comportamento humano deve ser completada pela investigação das peculiaridades da circunstância sobre a qual se pretende agir. (MAQUIAVEL, 1996, p. 15).

2.3 – ANTROPOLOGIA DA AMBIÇÃO E DO PODER

Nenhuma palavra mexe tanto com os homens quanto a palavra poder, parece ser mágica, desperta fascínio, ambição, lutar, querer conquistar, ter sempre mais, mesmo tendo que destruir alguma coisa ou alguém para conquistar o objetivo ou aquilo que deseja. O poder deve ser entendido como o poder político, pois é aquele que Maquiavel tanto observou e lutou, e viu grandes personalidades de seu tempo lutarem. Tudo isso são atributos que podemos dar a quem tem poder ou para quem o almeja. Tomemos o exemplo dado por Maquiavel no capítulo VI de *O Príncipe* quando trata dos principados novos que se conquistam pelas armas e nobremente.

Os homens trilham quase sempre estradas já percorridas. Um homem prudente deve assim escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los; assim, mesmo que não seja possível seguir fielmente esse caminho, nem pela imitação alcançar totalmente as virtudes dos grandes homens, sempre se aproveita muita coisa. Deve proceder como seteiros prudentes que, querendo atingir um ponto muito distante, e conhecendo a capacidade do arco, fazem a mira em altura superior à do ponto visado. Não o fazem evidentemente, para que a flecha atinja tal altura valem-se da mira elevada apenas para ferir com segurança o lugar designado muito mais embaixo. (MAQUIAVEL, 1996, p.51).

Tratamos agora de uma temática muito comum em "*O Príncipe*": a luta do homem pelo poder. Nele percebe-se grande ênfase de Maquiavel com relação ao estado forte e preparado para enfrentar qualquer dificuldade que possa aparecer. Pois bem, toda essa visão e reflexão sobre a questão do poder

em Maquiavel, e conseqüentemente no "Príncipe" que está tão vivo quanto a questão do estado, já que o poder é a mola mestra para a conquista do estado e sua unificação. É através dele e da arte de governar que o príncipe conseguirá manter-se detentor do poder. Por meio da tirania, da violência, da força, das artimanhas, das armas, e se, for preciso, até do sangue que o príncipe conseguirá sua estabilidade no comando de um principado.

Para Maquiavel, o homem será mau, espontaneamente, sempre que tiver oportunidade de o ser; e bom, coativamente, só quando forçado a ser. Tudo indica, nesta concepção que os homens não são portadores de bondade e justiça ordinárias. Tampouco são peregrinos da paz. Ao contrário "geralmente se pode afirmar isto dos homens: que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos são ávidos de ganhar". (NEDEL, 1996, p. 29).

A questão das aparências, os desejos humanos, os ideais de permanência e a relação do homem-política, enfim a natureza humana norteadas por toda uma concepção de luta pelo poder, plasticamente descrita na obra "*O Príncipe*", estão ligadas ao homem pelas suas ambições e lutar pelo poder. Como podemos ver nos fatos que nos mostra o autor. O príncipe construído por Maquiavel obteve ajuda de um outro engenheiro: Cícero. Ambos os pensamentos e obras possuem algo em comum como é o caso deste: *Para atingir o ponto mais alto da glória, temos de ambicionar três coisas: que o povo nos ame, que tenha confiança em nós e que nos admire e respeite.* (CÍCERO, 2002, p. 92). Esse conselho de Cícero é tudo o que Maquiavel deseja que o príncipe possua para governar com força, coragem, tendo como principal aliado o povo, muito embora não esteja no interesse do príncipe governar para o bem comum. Aqui está estabelecido a busca das noções gregas que ajudam a compreender o que é a natureza humana, abrindo um horizonte para análise, que mesmo não sendo definitiva, acaba pelo menos por fornecer elementos para a problematização e o debate a respeito das ações humanas e relações com o poder. Como exemplo destes debates vejamos o que comenta Maquiavel no capítulo VII de "*O Príncipe*" que trata dos principados novos que se conquistam com armas e virtudes de outrem. Maquiavel neste capítulo fala que é importante para os que desejam o poder, que se preparem e que encontrem meios para

conservar o estado mesmo que se tenha conseguido o poder pela sorte. Por isso ele cita e comenta dois exemplos:

Destes dois meios quero apresentar dois exemplos atuais: Francesco Sforza e César Bórgia. Francesco, pelo meios devidos, e por grande valor, de simples particular tornou-se duque de Milão e pôde manter facilmente aquilo que havia conquistado à custa de afanosos trabalhos. Por outro lado, César Bórgia chamado pelo povo duque de Valentino, adquiriu o Estado com a fortuna do pai e sem esta a perdeu, não obstante houvesse feito tudo quanto devia fazer um homem prudente e valoroso a fim de que criasse raízes nos Estados que as armas e a fortuna de outrem lhe aviam concedido. É como já disse acima, quem não prepara as bases antes, poderá fazer depois esse trabalho, se tem grande capacidade, ainda que com aborrecimento para o arquiteto e perigo para o edifício. Se considerarem, então todos os processos do duque, ver-se à que ele traçou grandes alicerces para a sua futura potência. Não julgo que seja supérfluo discorrer a respeito, porque eu não saberia regras melhores para oferecer a um eu não saberia regras melhores para oferecer a um príncipe novo do que os exemplos das ações do duque. E se seu modo de agir não lhe aproveitou não foi sua culpa e sim por força de extremos reveses da sorte. (MAQUIAVEL, 1996, p. 56).

Um exemplo concreto de luta pelo poder é Alexandre VI, o pai César Bórgia. Por meio de sua arte de governar, conseguia pôr em prática seus planos, manter-se no poder, derrotar seus inimigos, enganar seus aliados e ainda ficar em todas as suas riquezas, mostrando ser um homem inconformado com o poder que tinha, revelando a sua ambição e os interesses próprios que o mesmo queria conquistar sempre ladeado pelo seu filho.

O pessimismo antropológico de Maquiavel também merece reparos. Aliás, as afirmações do florentino sobre a natureza humana não escapam sempre da contradição, como notou Cláudio Lefort: "As declarações de Maquiavel sobre a natureza só assumem todo seu sentido nos limites de um argumento particular, e por esta razão, são freqüentemente contraditórias. Ora diz que os homens são malvados e abandonam o príncipe quando vem perigo: ora afirmam que socorrem o príncipe, quando o inimigo o ataca, se soube conquistar-lhe a confiança. Qual será então a característica, inconstância ou fidelidade? Ingratidão ou disposição ao sacrifício? A contradição que Lefort vê nas declarações de Maquiavel sobre a natureza humana, com toda certeza, decorre da ambigüidade reinante no próprio coração do homem, que ora é bom e ora é mau, ou é bom e mau ao mesmo tempo, embora não de forma absoluta. (NEDEL, 1996, p. 101).

Sempre apoiado pelo pai, César Bórgia, foi dentro de pouco tempo do reinado do pai nomeado duque da Romanha. Que foi conquistada pelo próprio César por meio de sua astúcia. Depois de empossado ele vai à cidade e a

encontra sendo dirigida por senhores fracos e sujeito a: latrocínios, tumultos, de toda sorte de violência.

Quando falamos de Maquiavel, logo vem a nossa mente aquela famosa frase: "Os fins justificam os meios". Foi exatamente o que fez César Bórgia, a personificação do "maquiavelismo". Percebendo que Romanha necessitaria de um ministro forte e impiedoso, que usasse da violência para com seus súditos, restituindo assim a ordem e tranqüilidade, mesmo que isto custasse ao ministro ser odiado mais tarde pelo povo. Foi exatamente o que aconteceu. A ordem chegou, mas juntamente com ela também a revolta, não somente contra o ministro Ramiro Orco, mas também contra o duque Valentino. Para manter o poder e livrar seu nome de tamanho desrespeito o duque não existia em usar uma política impiedosa ("política maquiavélica") para reconstruir a sua imagem perante o povo da cidade.

O duque julgou depois que já não era necessária tamanha autoridade, pois temia que se tornasse odiosa. E constituiu um juízo civil no centro da província, com um presidente ilustre e benquisto, e onde cada cidade estava representada. Sabendo que os rigores passados haviam criado ódios contra eles próprios, para apagá-los do ânimo daqueles povos e conquistá-los a todos, definitivamente, em tudo, quis demonstrar que, se haviam sido cometidas crueldades, não procediam dele e sim do ministro. E em vista disso, tendo ocasião, mandou exibi-lo certa manhã, em praça pública, cortada em dois tendo ao lado um pedaço de pau e uma faca ensangüentada. A ferocidade desse espetáculo fez com que o povo ficasse a um tempo satisfeito e espantado. (MAQUIAVEL, 1996, p. 58).

Quando travamos qualquer diálogo ou discussão sobre política conseqüentemente acabamos por nos referirmos também ao poder, pois não podemos falar de política sem mencionarmos o poder que por trás dela se esconde e que é tão ambicionado. Ao comentarmos sobre o poder temos que tomar cuidado, pois são inúmeras as interpretações sobre o mesmo. Consideramos o poder aqui mencionado como sendo o poder político: aquele que impera, onde um manda e outros obedecem. Portanto, o vejamos:

Como sendo a capacidade ou possibilidade de agir de produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos. Portanto, o poder supõe dois pólos o de quem exerce o poder e o daquele sobre o qual o poder é exercido. Portanto o poder é uma relação, ou conjunto de

relações pelas quais indivíduos ou grupos interferem na atividade de outros indivíduos ou grupos. (ARANHA e MARTINS, 1993, p. 180).

Trabalhando esta temática: política ou poder encontramos vários aspectos sobre o mesmo, por exemplo: Poder e força, estado e poder, O poder legítimo sobre esse, como já dissemos que poder é relação:

Ao longo da história humana foram adotados os mais diversos princípios de legitimação do poder nos estados teocráticos, o poder considerado legítimo vem de vontade de Deus; ou da força da tradição, quando é transmitido de geração em geração, como nas monarquias hereditárias; nos governos aristocráticos apenas os melhores podem ter funções de mando; é bom lembrar que os considerados melhores variam conforme o tipo de aristocracia: os mais ricos ou os mais fortes, ou os de linhagem nobre, ou até a elite do saber, na democracia, vem do consenso da vontade do povo. (ARANHA e MARTINS, 1993, p. 180).

2.4 – A RUPTURA DA ÉTICA E POLÍTICA CLÁSSICA

As instituições políticas, ou seja, os órgãos permanentes pelos quais se exerce o poder político transformaram-se de acordo com o grau de racionalidade alcançado pelos homens. Nas civilizações antigas orientais, em Roma e na Europa medieval, os sistemas políticos tinham como característica comum a personalização do poder, que naquele tempo era justificada por instâncias mágicas, religiosas ou carismáticas, por exemplo o faraó egípcio, o imperador Romano ou rei Cristão. Como exemplo de imperador de Roma temos o Commodus Aurelius filho de marco Aurélio, a quem sucedeu. E de rei cristão temos Fernando, o católico – Rei da Espanha (1469-1516). Diz Maquiavel que: *“Fernando interveio na Itália para fazer valer os seus direitos sobre o reino de Nápoles”*. (MAQUIAVEL, 1996, p. 269). Portanto o que detinha o poder se confundia com o próprio poder. Sua justificativa era somente a força interpretada pelo poder militar. Uma explicação para isso encontramos no capítulo de XII de *“O Príncipe”* onde Maquiavel trata dos gêneros de Milícia e dos soldados mercenários. Como exemplo temos a Itália quando foi: invadida por Carlos, depredada por Luís, atacada por Fernando e infamada pelos suíços.

(MAQUIAVEL, 1996, p.81). Como podemos ver ambos só puderem executar essa missão graças a força militar que tinham. Tudo isso lhes é permitido pelo código militar, que como se disse, tinha o objetivo de evitar trabalhos e perigos. E assim escravizam e infamaram a Itália. (MAQUIAVEL, 1996, p. 81). Continuamente desafiado por aqueles que se achavam juiz ou árbitro, ou seja, possuidores das mesmas acepções, o poder personalizado gerou a instabilidade política e o uso da violência como forma de solução de conflitos. Por isso que Maquiavel não aconselha ao príncipe confiar nos *condottieri*, pois estes não lutam por uma causa justa, mas por interesses próprios (dinheiro). E se vendem para o lado de que pagar mais. Esta é a razão pela qual Maquiavel, no ano de 1503, preocupa-se em substituir os soldados mercenários por milícias nacionais.

No fim da Idade Média, mudanças políticas, econômicas e sociais determinaram o surgimento de novas concepções sobre os estado. O progresso da burguesia e da economia favoreceu a centralização do poder nas monarquias absolutas. O estado passava a ser racional e estruturas se institucionalizaram, de acordo com as novas necessidades sociais. A vitória da burguesia sobre a sociedade feudal, na revolução francesa, por exemplo, desmitificou o poder por direito divino e consagrou o princípio da soberania popular. Assim o povo, única fonte de poder, podia transferir seu exercício a representantes por ele eleitos. Sobre o poder divino Maquiavel comenta no capítulo XI de *O Príncipe* que trata dos principados eclesiásticos. Falando dos estados ele diz: *E sendo eles regidos por poderes superiores, aos quais a razão humana não atinge, deixarei de falar a respeito; estabelecidos e mantidos por Deus tais Estados, seria de homem presunçoso e temerário agir de outra forma.* (MAQUIAVEL, 1996, p. 73).

Os sistemas liberais, onde a representatividade era inicialmente restrita aperfeiçoaram os mecanismos democráticos e ao incorporarem o "sufrágio universal" reconheceram de forma plena que a legitimidade do poder deriva de sua origem na vontade popular e de seu exercício de acordo com a lei.

A doutrina clássica da divisão do poder político, elaborada por Montesquieu, é comum a quase todos os sistemas políticos dos estados modernos. O poder legislativo, formando por parlamentares que seriam eleitos pelo povo que seriam responsáveis por criarem leis e controlarem os atos do poder executivo: o executivo por sua vez, também eleito pelo povo, administra o estado; e por fim, o judiciário seria responsável por interpretar as leis e participar

de forma atuante como juiz nos conflitos entre os outros poderes. Essa divisão de poderes serviria para evitar o abuso por meio do controle recíproco dos vários órgãos do estado. Sobre esses poderes podemos ver que Aristóteles já possuía uma visão bem clara sobre o assunto. Pois ele diz:

Em todo governo, existem três poderes essenciais, cada um dos quais o legislador prudente deve acomodar da maneira mais conveniente. Quando estas três partes estão bem acomodadas, necessariamente o governo vai bem, e é das diferenças entre estas partes que provêm as suas. O primeiro destes três é o que delibera, sobre os negócios do Estado. O segundo compreende todas as magistraturas ou poderes constituídos, isto é aquele de que o Estado precisa para agir, suas atribuições e a maneira de satisfazê-las. O terceiro abrange os cargos de judiciário. (ARISTÓTELES, 2000, p. 127).

Nas sociedades democráticas, além dos poderes institucionalizados existem organizações que participam do poder ou que nele influem: partidos políticos, sindicatos de classe, grupos de interesses, associações profissionais, imprensa, freqüentemente chamadas de quarto poder. Nos regimes totalitários, a existência de um partido único no poder diminui as chances de participação da sociedade nos assuntos nacionais.

Além de lutar pelo poder e de criar instituições para exercê-lo, o homem também examina sua origem, natureza e significado. Dessas reflexões surgiram várias doutrinas e teorias políticas. Na antiguidade são escassas as referências a doutrinas políticas dos grandes impérios orientais. Admitiam como única forma de governo a monarquia absoluta e sua concepção de liberdade era diferente da visão grega que a civilização ocidental incorporou mesmo submetidos ao despotismo de um chefe absoluta, seus povos consideram-se livres se o soberano fosse de sua raça ou religião. Aristóteles fez a críticas à monarquia no livro III de A Política quando diz:

Vimos que só se devem considerar duas espécies de monarquia: aquela em que um só comanda como senhor de tudo, onde o regime é uma administração por assim dizer familiar de um povo ou de um Estado, ou a que vigora na Lacedomônia. Assim o exame do valor da monarquia se reduz a estes dois pontos: um se é bom que um só homem seja senhor de todos; outro, se é ou não vantajoso para um Estado ter general perpetuo escolhido ou na mesma raça, ou alternadamente em várias. (ARISTÓTELES, 2000, p. 152).

As cidades da Grécia não se uniram sob um poder imperial centralizador e conservaram sua autonomia. Suas leis emanavam da vontade dos cidadãos e seu principal órgão de governo era a assembléia de todos os cidadãos responsáveis pela defesa das leis fundamentais e da ordem pública. A necessidade de educação política dos cidadãos tornou-se assim tema de vários pensadores políticos com Platão e Aristóteles. Para Aristóteles: São as virtudes que fazem um homem de bem o fazem um bom cidadão. (ARISTÓTELES, 2000, p. 48).

Em suas obras, das quais a mais importante é *"A República"*, Platão define a democracia como o estado no qual reina a liberdade e descreve uma sociedade utópica dirigida pelos filósofos, únicos conhecedores de autêntica realidade, que ocupariam o lugar dos reis, tiranos e oligarcas. Para Platão, a virtude fundamental da polis é a justiça, pela qual se alcança a harmonia entre os indivíduos e o estado. No sistema de Platão, o governo seria entregue aos sábios, a defesa aos guerreiros e a produção a uma terceira classe, privada de direitos.

Aristóteles, discípulo de Platão e mestre de Alexandre o grande, deixou a obra política mais influente na antiguidade clássica e na Idade Média. Em *Política* o primeiro tratado conhecido sobre natureza funções e divisão do estado e as várias formas de governo, defendeu como Platão equilíbrio e moderação na prática do poder. Empírico, considerou, impraticáveis muitos dos conceitos de Platão e viu a arte política como parte da biologia e da ética.

Para Aristóteles, a polis é o ambiente adequado ao desenvolvimento das aptidões humanas. Como o homem é, por natureza, um animal político, a associação é natural e não convencional. Na busca do bem o homem forma a comunidade, que se organiza pela distribuição das tarefas especializadas. Como Platão, Aristóteles admitiu a escravidão e sustentou que os homens são senhores ou escravos por natureza. *Os gregos tinham, de direito, poder sobre os bárbaros, com se na natureza bárbaros e escravos se confundissem.* (ARISTÓTELES, 2000, p. 03). E concebeu três formas de governo; a monarquia, governo de um só; a aristocracia, governo de uma elite; e a democracia, governo do povo. A corrupção dessas formas daria lugar, respectivamente, à tirania, à oligarquia e à demagogia.

Considerou que o melhor regime seria uma forma mista, no qual as virtudes das três formas se completariam e se equilibrariam. Os romanos, herdeiros da cultura grega, criaram a república, o império e o corpo de direito civil, mas não elaboraram uma teoria geral dos estados ou de direito. Entre os intérpretes da política destacam-se o grego Políbio e o romano Cícero, que pouco acrescentaram à filosofia política dos gregos.

Na idade Média, o cristianismo introduziu, nos últimos séculos do Império Romano, a idéia da igualdade entre todos os homens, filhos do mesmo Deus, uma noção que contestava implicitamente a escravidão, fundamento social econômico do mundo antigo. Ao tornar-se religião oficial, o cristianismo aliou-se ao poder temporal e admitiu a organização social existente, inclusive a escravidão. Santo Agostinho, a quem se atribuiu a fundação da filosofia da história, afirma que os cristãos, embora voltados para a vida eterna, não deixam de viver a vida efêmera do mundo real. Moram em cidades temporais mas, como cristãos, são também habitantes da "cidade de Deus" e, portanto, um só povo.

Santo Agostinho não formulou uma política, mas a teocracia está implícita em seu pensamento. A solução dos problemas sociais e políticos é de ordem moral religiosa e todo bom cristão será, por isso mesmo, bom cidadão. O regime não importa ao cristão, desde que não o obrigue a contrariar a lei de Deus. Considera, pois um dever a obediência aos governantes, desde que se concilie com o serviço divino. Testemunha da dissolução do Império Romano, contemporâneo da conversão de Constantino ao cristianismo, santo Agostinho justificava a escravidão como um castigo do pecado. Introduzida por Deus "seria revoltar-se contar sua vontade querer suprimi-la". O escravo de que fala Platão, Aristóteles e Santo Agostinho falam em suas obras, seriam para Maquiavel os servos que eram os ministros que ajudavam os príncipes no governo do estado. Encontramos referências a isso no capítulo IV de "*O Príncipe*" quando ele diz: *Replicarei que os principados cuja memória se conserva foram governados de dois modos diversos: ou por um príncipe ajudado por ministros que no governo não são senão servos que o exercem somente por graça e concessão do senhor,...* (MAQUIAVEL, 1996, p. 45).

Mas no século XII, santo Tomás de Aquino, o grande pensador político do cristianismo medieval, definiu em linhas gerais a teocracia. Retomou os conceitos de Aristóteles e os adaptou às condições da sociedade cristã. Afirmou

que a ação humana política e ética e a lei um mecanismo regulador que promove a felicidade. Como Aristóteles, considerou ideal um regime político misto com virtudes das três formas de governo monarquia, aristocracia e democracia. Na *Summa Teológica* justifica a escravidão, que considera natural. Em relação ao Senhor o escravo é instrumento, pois entre o senhor e escravo há um direito especial de dominação. Entre ambos os pensamentos e diferentes épocas. Maquiavel separa a ética do direito graças a uma psicologia desenvolvida em torno do poder. Portanto partido dessa perspectiva ele diz que:

Determinadas as causas da prosperidade e da decadência dos Estados antigos, pode-se assim compor um modelo analítico para o estudo das sociedades contemporâneas, já que às mesmas causas correspondem os mesmos efeitos, isso significa, porém, que o método empírico-comparativo fornece uma tipologia de situações-chaves, no estilo de uma manual dogmático. (NEDEL, 1996, p. 29).

No Renascimento os teóricos políticos caracterizam-se, pelas reflexão crítica sobre o poder e o estado. Em "*O Príncipe*", Maquiavel secularizou a filosofia política e separou o exercício do poder da moral cristã. Diplomata e administrador e experiente, cético e realista, defende a constituição de um estado forte e aconselha o governante a preocupar-se apenas em conservar a própria vida e o estado, pois na política o que vale é o resultado. O príncipe deve buscar o sucesso sem se preocupar-se com os meios. Exemplo disso encontramos em Cícero quando afirma:

E como Platão disse que todo Lacedemônio respirava o anseio de vencer, nós vemos que o anseio de dominar todos os outros, ou de dominar sozinho, é uma forma ordinária da grandeza d'alma". Ora desde que se deseja elevar acima dos outros, é difícil respeitar a igualdade própria da justiça. Assim os ambiciosos não sabem abdicar a nenhuma de suas pretensões, nem se deixam conter pela autoridade pública e legítima". (CÍCERO, 2002, p. 50).

Com Maquiavel surgia os primeiros contornos da doutrina da razão de estado, segundo a qual a segurança do estado tem tal importância que, para garanti-la, o governante pode violar qualquer norma jurídica, moral, política e

econômica. Maquiavel foi o primeiro pensador a fazer distinção entre moral pública e a moral particular.

Pelo visto Maquiavel não segue o método da disputa escolástica. Nunca argumentada à base de doutrina ou máximas políticas. Os fatos da vida são os únicos argumentos válidos. Basta a natureza das coisas. Com isto se após ao sistema teocrático medieval. Os mesmos princípios e leis naturais para o "mundo acima" e o "mundo abaixo. (NEDEL, 1996, p.23).

Está presente em Maquiavel o realismo, que muitos preferem chamar de cinismo ou então espírito científico. Já que em certos casos esse espírito científico quer o uso de meios necessários à obtenção de objetivos específicos que acabariam por terminar em um certo cinismo. Nesse o uso da racionalidade para uma efetual escolha dos meios não garantiriam a moralidade nem dos meios nem dos fins. Como podemos perceber o método empírico, evidentemente, não poderia levar à transformação de uma obra puramente filosófica. Pois não podemos considerar Maquiavel como sendo um filósofo no clássico ou no medieval do termo. Mas sua obra *O Príncipe*, alcançou indiretamente um grande poder, preponderância na criação do pensamento moderno filosófica. Pois foi o primeiro a quebrar decididamente a tradição escolástica.

Pelo visto, o cientista político de Florença, nesta matéria, acolheu a inspiração de Marsílio de Pádua (1275-1342). Este escritor explica a origem da sociedade civil do estado, através de causas naturais, no que segue, aliás, as lições de Aristóteles, sem deixar de admitir Deus como "causa remota" a estabelecer os governos por meio da razão humana. De fato Maquiavel acaba criticando aspectos da tradição Cristã. Torna-se opositor da Igreja, volta à concepção pagã de fortuna e apresenta nova ciência e arte políticas, extraíndo as relações de poder do contexto da vida social e concebendo-as sem qualquer referência a valores morais e religiosos. Concebe a Bíblia apenas como um livro entre outros, fonte de lições sobre a ação política – com que lhe põe em Xequê a aura sagrada. Em suma promove ruptura com a tradição cultural de seu tempo e opera a superação da filosofia política clássica, notadamente a de inspiração platônico. (NEDEL, 1996, p. 23-24).

2.5– A EXPERIÊNCIA CONCRETA DE VIRTÚ E FORTUNA

2.5.1 – VIRTÚ

Esses termos virtú (virtude) e fortuna encontramos em vários capítulos da obra *O Príncipe*. Um exemplo está no capítulo VI que trata do vários principados novos (e não os herdados), que segundo Maquiavel só podem serem conquistados pela “virtude” pela “fortuna” ou pela violência ou pelo consentimento dos cidadãos.

Os conceitos de “virtude” (isto é energia, coragem, vigor, talento e valor pessoal) e de “fortuna” (isto é, destino e sorte são muitos importantes na visão histórica de Maquiavel, que os considera igualmente importantes em tudo o que se consegue realizar. Para ele, não existe a distinção entre principados bons e ruins governantes legítimos e ilegítimos. O que conta é a capacidade e o êxito do príncipe em manter o Estado e o poder. Para isso, qualquer ação empreendida é válida.

Para os gregos, o acaso era uma deusa cega. As estátuas que chegaram até nossos dias mostram essa deusa sem olhos. Não podendo ver, ela distribuía favores e desgraças arbitrariamente. O nome dessa deusa, em grego é Tyche, que os romanos chamaram de Fortuna. Os problemas relacionados ao destino – e seus temas afins – foram motivos de reflexão desde cedo, no desenvolvimento do pensamento humano. Assim, o acaso foi um dos temas da reflexão de filósofos antigos (Aristóteles e Platão, por exemplo). E Boécio na época medieval (480-524 d.C) – enquanto esperava a morte, pois tinha sido condenado por um tribunal romano, escreveu seu livro mais famoso: *A consolação da Filosofia*. Essa obra é um diálogo entre o autor e a Filosofia (representada por uma mulher que apareceu na sua cela), acerca da atuação da Deusa Fortuna. Um outro exemplo é Nicolau Maquiavel que seguindo a linha dos filósofos clássicos, afirmou que a Fortuna era um elemento fundamental na vida política e militar dos governos e dos povos.

Para pensar a *Virtú* e a *fortuna* mais uma vez Maquiavel recorre aos ensinamentos dos historiadores clássicos, buscando contrapor-los aos preceitos dominantes na Itália seiscentista. Para os antigos, a Fortuna não era uma força maligna inexorável. Ao contrário, sua imagem era a de uma deusa boa, uma aliada potencial, cuja simpatia era importante atrair. Esta deusa possuía os bens que todos os homens desejavam: a honra, a riqueza, a glória, o poder. Mas como fazer para que a deusa

Fortuna nos favorecesse e não a outros, perguntavam-se os homens da antiguidade clássica? Era imprescindível seduzi-la, respondiam. Como se tratava de uma deusa que era também mulher, para atrair suas graças era necessário mostrar-se *vir*, um homem de verdadeira virilidade, de inquestionável coragem. Assim, o homem que possuísse *virtú* no mais alto grau seria beneficiado com os presentes da cornucópia da Fortuna. (SADECK, 1991, p. 10).

É em torno da palavra *virtú* que Maquiavel articula toda a sua concepção política. A *virtú* de Maquiavel é mais política do que ética. Portanto não tem nada a ver com a virtude Cristã.

Não cabe nesta imagem a idéia da virtude cristã que prega uma bondade angelical alcançada pela libertação das tentações terrenas, sempre à espera de recompensas no céu. Ao contrário, o poder, a honra e a glória, típicas tentações mundanas, são bens perseguidos e valorizados. O homem de *Virtú* pode consegui-los e por eles luta. (SADECK, p. 1991, 11).

A *virtú* que está contida dentro do pensamento de Maquiavel não é simples fruto da boa educação, partido da tradição humanista. A *virtú* é a força moral do príncipe de tentar todos os meios para conseguir a glória cívica e grandeza, mesmo que seja iníquas suas ações. Ele deve saber entrar no mal se for preciso. Exemplos de líderes que conseguiram o poder pela *virtú* e não pela fortuna foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu. Sobre eles comenta Maquiavel no capítulo VI: E para bom exemplo dos que foram príncipes pelos seu valor e não por boa sorte, cito como maiores Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu. (MAQUIAVEL, 1996,p.52). Moisés foi somente um executor das ordem de Deus portanto Maquiavel não faz grandes elogias a ele como faz a Ciro e outros:

...Haveis de achá-los todos admiráveis. E se considerarem os seus atos e ordens particulares eles não são discrepantes daqueles de Moisés, que teve tão alto preceptor. E examinando-lhes a vida e as ações, conclui-se que eles não receberam da fortuna mais do que ocasião de poder amoldar as coisas que melhor lhe aprouve. (MAQUIAVEL, 1996, p. 52).

A *virtú* é uma espécie de irmã gêmea da fortuna, segundo Maquiavel no capítulo XXVI, que faz um correlato da fortuna. A fortuna atuaria como o negativo da *virtú*, ou seja uma "não-*virtú*". Para Maquiavel, a fortuna requer uma ação contínua que seja contrária à resistência e a indeterminação. É

preciso uma capacidade de estar no mundo presente, de assimilar a ocasião e mudar sua postura segundo as necessidades. A virtú desenvolve-se no travamento das ameaças da fortuna, que rende oportunidades aos homens para exibirem sua grandeza. Maquiavel diz no capítulo XXIV de "*O Príncipe*" que a fortuna mostra seu poder quando os homens não se preparam para lhe resistir. Por isso ele diz:

Assim, esses nossos príncipes que possuíram, por muitos anos, seus principados, para depois perdê-los, não acusem a sorte, mas sim à sua própria ignávia, porque não tendo nunca nas boas épocas pensando em que os tempos poderiam mudar (e com as tempestades), quando vieram tempos adversos, pensaram em fugir e não em defender-se esperaram que as populações fatigadas de insolência dos vencedores os chamassem novamente. Esses recurso é bom, mas quando os outros falham, é bem mau, porém, deixar os outros remédios em troca desse. (MAQUIAVEL, 1996, p. 130).

Portanto, aquele homem que tiver em mãos a virtú terá nas mãos também o êxito.

2.5.2 – FORTUNA

Maquiavel trata da Fortuna no capítulo XXV e diz que ela rege praticamente metade de nossas ações. Por isso ele diz: Não obstante e porque o nosso livre-arbítrio não desapareça, penso poder ser verdade que a fortuna seja árbitra de metade de nossas ações... (MAQUIAVEL, 1996, p.131).

Sempre vista como o caso que aparece no curso dos atos humanos, ela é o inesperado o que foge ao cálculo e à previsão, é o não determinado no mundo é a força de oposição que surge nas ações dos homens. A *fortuna* é *indeterminação*. Ela ameaça de decomposição as instituições e a vida humana. (NEDEL, 1996, p. 37). Maquiavel não vê a fortuna como sendo uma entidade pagã. A sua concepção do caráter imanente da causalidade histórica é excessivo, exclusivo para admitir uma ou outra intervenção divina, como dizia Eurípedes e Dante Alighieri. Porém, Maquiavel transmite a imagem da fortuna como sendo a de mulher variável. Por isso diz no capítulo XXV: O seu poder é manifesto onde não existia resistência organizada, dirigindo ela a sua violência só para onde não se fizeram diques e reparos para contê-la. (MAQUIAVEL, 1996,

p.131-132). Outro exemplo que Maquiavel dá sobre a fortuna é o rio impetuoso, que estando irritado, alaga planícies, devastam casas, arrastam terra de lugar para outro. Ele diz: Comparo-a a um desses rios impetuosos que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores, os edifícios, arrastam montes de terra de um lugar para outro. (MAQUIAVEL, 1996. p.131). Segundo Maquiavel, ao contrário do rio impetuoso que com raiva chega e devasta tudo o que existe pela frente, mas quando vem acalmaria nada pode fazer para consertar os estragos, o homem diferentemente do rio se for pego de surpresa pela fortuna pode posteriormente concertar os estragos e rever as falhas cometidas, para em nova enchente não se arrastando novamente.

No desenrolar da história de Maquiavel podemos perceber que também foi vítima da fortuna, pois estando em posse de cargos políticos, fez com muitos chefes de estado que ele observou. Não pensou, no dia de amanhã e terminou por perder seu em pego e a confiança de seus amigos, com a retomada de Florença. Sendo homem e não um rio tentou consertar o erro fatal que cometeu em sua carreira política escrevendo "*O Príncipe*" e oferecendo-a Ao Magnífico Lourenzo de Médici, com intuito de ver a Itália unificada e de ter seu emprego de volta. Não conseguindo seus objetivos morre vítima como tantos outros, da fortuna. Por isso é que conclui no capítulo XXVI falando da fortuna:

Concluo, portanto, por dizer que, modificando-se a sorte, e mantendo-se a sorte, e mantendo os homens, obstinadamente, o seu modo de agir, são felizes enquanto esse modo de agir e as peculiaridades dos tempos concordarem. Não concordando são infelizes. Estou convencido de que é melhor ser impetuoso do que circunspecto porque a sorte é mulher e para dominá-la, é preciso bater-lhe e contrariá-la. E é geralmente reconhecido que ela se deixa dominar mais por estes do que por aqueles que procedem friamente. A sorte, como mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são menos circunspectos, mais ferozes e com maior audácia e dominam. (MAQUIAVEL, 1996, p. 133-134).

2.6 -REGRAS PARA GARANTIR AO PRÍNCIPE O ÊXITO E GLÓRIA NA "POLÍTICA MAQUIAVÉLICA"

Maquiavel ao longo de toda sua obra "*O Príncipe*" procura apresentar em príncipe ideal e preparado para resolver os problemas da Itália de seu

tempo. Por isso em, ele apresenta vários conselhos, regras, lições de como o príncipe manter-se sempre no poder e ter êxito e glória em meio a "política maquiavélica". A palavra príncipe tão mencionada por Maquiavel seria o centro de toda a política de seu tempo. Era sobre ele que os olhares deveriam estarem voltados. O príncipe seria o principal cidadão do estado. Não estamos errados se entendermos a palavra príncipe como sendo o principal governante. Por que para Maquiavel o príncipe deveria possuir qualidades que garantissem sua estabilidade; ou seja, teria que possuir qualidades como a arte de governar. Por isso ele diz:

O Príncipe em pessoa é quem deve constituir-se capitão, a república deve mandar para esse posto um de seus cidadãos e quando for infeliz na escolha, deve logo substituí-lo. E se revelar um homem de valor no seu posto, deve a república assegurar-se mediante leis, contra o capitão, para que não exorbite ele das suas funções. (MAQUIAVEL, 1996, p. 78).

Outra regra importante que Maquiavel sugere ao príncipe está no capítulo VIII de "O Príncipe: *Estas maneiras são*: chegar ao principado pela maldade, por vias celeradas, contrárias a todas as leis humanas e divinas e tornar-se príncipe por mercê de seus conterrâneos. (MAQUIAVEL, 1996, p.63). A primeira dessas maneiras ele cita o exemplo de Agátocles que usando a maneira criminosa e maldosa de fazer política tornar-se príncipe de Siracusa por força e uso de sua maldade. Para Maquiavel a bárbara crueldade e ações desumanas de Agatócles não o fazem que sejam celebrado entre os homens mais importantes. "Não se pode atribuir a fortuna aquilo que ele conseguiu sem uma e outro. Um exemplo novo aconteceu no governo de Alexandre VI, com Oliverotto da Fermo que era órfão e criado pelo tio Giovanni Fogliani. E tendo dedicado-se à vida militar sob a direção de Paolo Vitelli com a intenção de alcançar algum posto na milícia. Sendo morto seu irmão, Oliverotto conseguiu ser um homem forte, valoroso, e tornou-se o primeiro homem de corporação. Mas tarde forma um governo na qual ele era chefe, matando todos os que estavam descontentes ou podiam prejudicá-los. Conseguiu assim, tornar-se temido por todos os seus vizinhos. Por isso Maquiavel nos diz:

Os que observam a primeira destas linhas de conduta podem, com a ajuda de Deus e dos homens, encontrar remédio as suas conseqüências como aconteceu com Agatócles. Aos outros é impossível manter-se. É de notar-se, aqui, que ao apoderar-se dum Estado, o conquistador deve determinar as injúrias que precisa levar a efeito, e executá-las todas de uma só vez, para não ter que renová-las dia-a-dia. (MAQUIAVEL, 1996, p. 66).

Maquiavel também alerta aos chefes de Estados que tenham cuidado com os Estados recém conquistados. A conquista de um novo espaço de poder implica em problemas para mantê-lo. Para este novo espaço conquistado, Maquiavel dita conselhos e regras; que o príncipe atual afaste qualquer tipo de influência dos antigos governantes que o povo possa sofrer. Que o príncipe tenha conquistado um Estado com línguas, leis e costumes diferentes; mude-se para este novo território. Vejamos o capítulo V que trata da maneira de conservar as cidades ou principados que antes da ocupação, se regiam por leis próprias.

Quando se conquistam Estados habituados a reger-se por leis próprias e em liberdades há três modos de manter-se a sua posse: primeiro – arruiná-los; segundo – ir habitá-los; terceiro – deixá-los viver com suas leis, arrecadando um tributo e criando um governo de poucos, que se conservem amigos. (MAQUIAVEL, 1996, p. 49).

Encontrarmos em “O Príncipe” três exemplos concretos: o dos Espartanos e Romanos. Atenas e Tebas que tinham governo oligárquico: acabara por perdê-las. Esse governo oligárquico foi criado por Esparta como meio de garantir uma hegemonia sobre os Estados da Grécia. Que tornou por alimentar as facções antigas e conservadoras.

O capítulo XVII de “O Príncipe” nos chama a atenção pela intensidade com que o mesmo é intitulado: Da crueldade e da piedade – Se é melhor ser amado ou temido. Encontramos neste capítulo mais dois conselhos, duas regras, dois exemplos de como o príncipe deve se comportar mediante a tais situações. Maquiavel diz: *...tenho a dizer que cada príncipe deve desejar ser tido como piedoso e não como cruel: apesar disso deve empregar convenientemente essa piedade.* (MAQUIAVEL, 1996, p.97). Maquiavel cita claramente César Bórgia como sendo uma figura cruel, porém tal crueldade conseguiu colocar em

ordem a Romanha, unindo-a e conduzindo-a a paz e à fé. Portanto, tal exemplo nos mostra que César Bórgia foi mais piedoso que o povo de Florença que para evitar a "pecha" de cruel não fizeram nada para evitar a destruição de Pistóia.

Quanto a ser amado ou temido, Maquiavel nos diz que seria melhor as duas coisas. Porém é difícil reunirmos ao mesmo tempo as qualidades de dão estes resultados. Sendo assim é preferível e mais seguro ser temido que amado, quando tiver que falhar em algo. Pois segundo Maquiavel:

É que os homens geralmente são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ambiciosos de dinheiro, e enquanto lhes fizerem bem, todos estão contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos, como dizia assim desde que a necessidade esteja bem longe de ti mas, quando ela se avizinhava voltam-se para outra parte. (MAQUIAVEL, 1996, p. 98).

Neste tópico tivemos a intenção de mostrar que para o príncipe conseguir realmente ser um bom governante é necessário que ele tenha a arte de governar. Porém, isso não é suficiente necessita-se que ele siga várias regras que são importantíssimas para o êxito e glória do príncipe. Portanto colocamos alguns exemplos entre muitos que existem dessas regras na obra "*O Príncipe*" que são fundamentais para governar um estado e manter-se sempre no poder.

CONCLUSÃO

"O Príncipe" é mais do que se costuma definir como um "manual para governantes". Nele, Maquiavel apresenta, realmente, o Estado pensando concretamente, formado a partir das ações políticas do príncipe. Ou seja, o Estado que faz política em suas características próprias, sua teoria e sua prática e não utópica, como pensava os antigos.

As suas reflexões, assim, são sobre a realidade política – "daquilo que se faz e não se diz". Demonstra isso através das "façanhas" que um príncipe deve empregar se quiser conservar e expandir o seu domínio.

Para o príncipe é importante que além de ter fortuna também tenha virtú pois se ele falhar outros príncipes poderão ocupar o seu lugar. Maquiavel deixa claro que existem ciclos de poder que não dependem da determinação divina. A instabilidade política de seu tempo nos mostra essa realidade. Sua obra "O Príncipe" foi escrita numa época de transição, no surgimento de uma nova era. As transformações sofridas na península italiana foram muitas e radicais. Todas essas mudanças funcionavam como um laboratório para o olhar atento de Maquiavel. Formas de governo e de dominação podiam ser observadas por ele.

Portanto, em oposição aos pensamentos passados, em relação a formação do Estado, Maquiavel concebe agora o Estado como uma entidade política. Separando-o ainda mais da moral e da religião. Tornar-se, dentre os escritores modernos, o primeiro a utilizar a palavra Estado para designar o poder político organizado. O estado que se forma então a partir da política do Príncipe.

Como afirma Santo Agostinho, o homem está sempre a começar, por isso não concluímos, mas abrimos possibilidade para mais reflexões, embora simples, entre tantas eruditas já feitas por tantos intérpretes de Nicolau Maquiavel.

BIBLIOGRAFIA

- ALFRED, Von Martin. **Sociology of the Renaissance**. Londres: Kegan Paul, 1945.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução Roberto Leal Ferreira. -2ª ed. – São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à filosofia**. 2.ed ver.atual. – São Paulo, Moderna, 1993.
- BENITES, Bruna Meldau. Renascimento italiano. Disponível em: <http://www.infoescola.com/artes/renascimento-italiano/> Acesso em: 12 de julho de 2015.
- CÍCERO. **Dos Deveres**. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 7ª. edição, São Paulo: editora ática. 1996.
- CHEVALLIER, Jean – Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a Nossos Dias**; prefácio André Siegfried; tradução, Lydia Cristina. 8ª edição, Rio de Janeiro: Agir. 1999.
- DELACAMPAGNE, Christian. **A filosofia política hoje: idéias, debates, questões**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.
- JASON, H. V. **Renascimento e Barroco**. História da arte e Renascença. Martins Fontes, 1996. Disponível em: www.suapesquisa.com/renascimento/ Acesso em: 12 de julho de 2015.
- LARIVAILLE, P. **A Itália no tempo Maquiavel. Florença e Roma**. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo, Companhia das letras, 1988.
- MCBRIEN, RICHARD, P. **Os Papas os Pontífices: de São Pedro a João Paulo II**. 2ª ed. São Paulo, Loyola, 2004.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **Vida e Pensamentos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe. Os pensadores**. Vol. 06, São Paulo: editora Nova Cultura, 1996.
- NEDEL, José Maquiavel – **Concepção Antropológica e Ética**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.